

# Nos Arredores do **Mercado Grande:** Mudança Urbana e Agitação Social em Campinas na Segunda Metade do Século XIX<sup>1</sup>

*Em memória do Professor José Roberto do Amaral Lapa*

**Valter Martins**

Em meados do século XIX, a cidade de Campinas enfrentava uma crise de escassez e carestia de gêneros alimentícios de primeira necessidade. O problema do abastecimento urbano não era algo novo na cidade. A câmara sempre se preocupou em garantir o passadio dos habitantes, desde os tempos em que Campinas era ainda Vila de São Carlos.<sup>2</sup> Através das posturas e da ação de seu fiscal, a câmara municipal buscava regulamentar, organizar e controlar o comércio de gêneros alimentícios. Era uma tarefa difícil, nem sempre coroada de sucesso para lucro dos especuladores e prejuízo dos mais pobres.

Os vereadores tinham conhecimento da origem do problema, porém, não de uma solução. Afirmavam que "o progresso do café tem feito subir o preço das terras e dos escravos afrontosamente, com isto não convém aos trabalhadores livres um jornal módico porque a grande demanda de braços faz elevar o salário; terras de preço alto, salários elevados não podem produzir gêneros baratos".<sup>3</sup>

O café, que se tornaria o grande propulsor e financiador das transformações urbanas em Campinas e de tantas outras cidades do "oeste paulista", surgia como o grande vilão da carestia dos alimentos. E, de fato, o foi, principalmente, quando à preciosa bebida somava-se a ação dos atravessadores.

—Haverá por anno tantas corridas forem determinadas pela geral, salvo as extraordinarias numero de duas, que podem ser determinadas pela directoria.  
 —O regulamento das corridas será adoptado pela assembléa geral.  
 —Su os fundos da sociedade o haverá em cada corrida um prêmio em joias ou dinheiro, conforme a assembléa geral.  
 —Os premios serão distribuidos logo que terminar a corrida do dia.

**DISPOSIÇÕES GERAES**

—Cada acção terá o valor de 1000.  
 —As acções serão transmissíveis sem a approvação da directoria e a pessoa do cessionario.  
 —O cessionario da acção adquire todos os direitos dos socios effectivos.  
 —O socio extraordinario tem o direito de frequentar todo o prado nos dias.  
 —Os socios effectivos têm o direito de ocupar lugares na archibancada para pessoas de sua familia pelo mesmo preço das archibancadas da geral.  
 —O socio que até o dia da directoria definitiva, depois de os presentes estatutos, não do todo o capital que houver para a fundação da sociedade de corridas campineiras, perderá a realisada e os direitos do socio.

7 de Junho de 1879.

de Oliveira.  
 de Souza Aranha.  
 J. de Camargo Andrade.  
 de Paula Souza.

assignar por ausente o sr. de P. Barbosa, e Alfredo e não ter comparecido ás sessões.

**Despedida**

—Ado-me hoje desta cidade e de todo o tempo de despedir-me das pessoas que me honraram com sua amizade e confiança. Por este meio, e lhes offereço a minha despedida, e quero pre timo no Rio de Janeiro onde vou residir.  
 12 de Junho de 1879.  
 DR. OLIVEIRA SANTOS.

**Declaração**

—Ado-me que se envolve o meu nome com os de outras pessoas e que as mesmas foram contadas como collaboradoras do «Jornal» declaro, não ter nada a ver com ellas, bem, que nada tenho de commun com ellas.  
 11 de Junho de 1879.  
 J. HYPOLITO DA SILVA.

Lista de géneros alimentícios e seus respectivos preços no Mercado Grande

**Mercado de Campinas**

**PREÇOS CORRENTES DO DIA 11 DE JUNHO**

Toucinho. . . . .	9000	15 kilos.
Farinha de milho. . . . .	4000	50 litros.
Dita de mandioca . . . . .	5000	50 litros.
Milho . . . . .	2200	50 litros.
Feijão. . . . .	4000	50 litros.
Arroz l. . . . .	8000	50 litros.
Polvilho . . . . .	7000	50 litros.
Frangos. . . . .	7800	cada um.
Patos. . . . .	10000	cada um.
Marrecos. . . . .	10000	cada um.
Perús . . . . .	5000	cada um.
Fubá mimoso . . . . .	8000	50 litros.
Ovos. . . . .	2600	4 dúzia.
Leitões. . . . .	4000	cada um.
Ganços . . . . .	3000	cada um.
Cabritos . . . . .	4000	cada um.

**EDITAES**

Manoel Carlos de Castro Camargo, administrador da praça do mercado municipal, faz sciente aos interessados que no dia 23 do corrente, ás 10 1/2 horas da manhã, põe em leilão em frente da sala de seus trabalhos, os alugueis dos quartos ns. 2, 4, 5, 6, 7, 26, 27, 28, 29 e 31, pelo prazo de 6 mezes, no valor de 225000 por mez, os ns. 3, 25, 30, a 300000, debaixo das clausulas seguintes:

§  
 Os quartos só poderão ser arrematados por 6 mezes, devendo os arrematantes na occasião de passarem os contractos, apresentar fiadores idoneos, ou pagarem adiantadamente a importancia correspondente aos 6 mezes, ficando declarado que em qualquer dos casos o arrematante ou seu fiador é sempre obrigado á importancia total do alluguel de semestre, ainda que desista do alluguel antes de findar o tempo: considerando-se vagos os quartos que forem abandonados pelos arrematantes para o effeito de poderem ser de novo levados em hasta os novos allugueis.

§  
 Os arrematantes não poderão transferir seus respectivos direitos ao alluguel, sem prévio consentimento do administrador do mercado, sob pena de perder esses mesmos direitos, além de ficar sujeito ao despejo dos quartos em 24 horas; ficando expressamente declarado que no caso de transferencia, quer o fiador compareça e assigne o respectivo termo, quer não, fica sempre o mesmo fiador responsavel pelos alugueis devidos pelo arrematante ou por seus substitutos.

não serão arrematados, na forma do que se contém no conhecimento dos lavros e prescripto no artigo publicado em annos de 1879. Eu Carlos de Castro Camargo, administrador do mercado municipal, 6 de Junho de 1879.  
 CARLOS BORGES

45  
 AV  
 Well Grande  
 COM CASAS EM  
 LA  
 Ja muito com  
 d'esta cidade, re  
 vapores da Eur  
 Objectos dos mel  
 tima moda.  
 Encarregado-se  
 commenda.

ANN  
 Predio  
 Vende-se um  
 com hotel, secc  
 da estação, na  
 o motivo da ver  
 rer retirar-se co  
 ra informações  
 casa

Club de  
 CAMP  
 De ordem da  
 te aos srs. accion  
 do corrente, ás  
 em casa do cid  
 do Camargo An  
 assembléa geral  
 a discussão e ap  
 nimento e estatuto  
 ndos.  
 Campinas, 11

abaixo assigna  
 testa solemnem  
 tra a noticia publi  
 «Diario de Cam  
 de 11 do corrente  
 to ao facto do ter  
 prado a um do  
 hespanhoos,» ch  
 á pouco de Buer

Para o primeiro jornal a circular em Campinas, *Aurora Campineira*, a origem dos males da carestia residia na impunidade dos atravessadores por parte da câmara municipal, a quem competia fazer cumprir as posturas.<sup>4</sup> Essa opinião, por certo, era compartilhada por muita gente na cidade que sentia no estômago e no bolso os efeitos da crise.

A ação da câmara em combater os abusos e melhorar o abastecimento da cidade deixava a desejar, mas esta era uma missão difícil, pois os atravessadores de gêneros alimentícios eram figuras bastante escorregadias, especialmente, quando desejavam evitar o fiscal municipal. O problema parecia estar longe de uma solução, mas, em abril de 1859, o presidente da câmara, Luis Henrique Pupo de Moraes, surpreendeu sugerindo algo até então totalmente novo para a cidade: a "criação de uma praça de mercado onde tudo se venda distribuído, ficando assim proibido ao atravessamento dando em resultado o povo comprar os gêneros alimentícios em primeira mão e mais baratos". A proposta foi muito bem-vinda, não apenas porque as idéias para solucionar a questão andassem tão escassas quanto os alimentos, mas porque todos sentiam que era necessário fazer alguma coisa e rápido. A câmara deliberou unânime pela construção de um rancho para servir de "praça de mercado", sendo o Largo do Chafariz do Nascente o local escolhido para sua localização.<sup>5</sup>

A câmara tinha pressa e a construção de um simples rancho para servir como mercado, além de rápida, seria também mais econômica. Mas, como a pressa é inimiga da perfeição, um tosco telheiro com reduzidas proporções foi uma solução que não agradou ao vereador Joaquim Egídio de Sousa Aranha que era francamente favorável ao mercado, mas defendia que seria importante "mandar fazer um plano para edifício que equilibre com as nossas necessidades estando a par dos progressos que esta cidade vai tendo".<sup>6</sup>

O vereador Sousa Aranha não ficou apenas na crítica. Apresentou à apreciação de seus colegas camaristas o "risco" de um mercado com formato octogonal, tendo cada lado 60 palmos, aproximadamente 13,5m. A Comissão de Contas considerou que a planta apresentada tinha "arquitetura de melhor gosto". O novo projeto foi aprovado e a obra seria dividida em 4 fases ou "raios", para "não haver desequilíbrio entre a receita e despesa municipal", entrando cada um deles em funcionamento assim que concluídos, seguindo-se a licitação pública para construção da fase seguinte até que se desse o trabalho por terminado.<sup>7</sup>

O mercado teve sua primeira fase funcionando em novembro de 1859, sendo que o prédio foi totalmente concluído em setembro de 1861. A partir de outubro daquele ano, a população de Campinas contava com o tão esperado mercado, melhoramento urbano que a capital da província conheceria apenas em 1867 e cujo regulamento foi inspirado no regulamento do mercado de Campinas, considerado dos mais eficientes.<sup>8</sup>

O mercado ou a "praça do mercado", depois chamado Mercado Grande, trouxe a esperança de dias melhores para a população. Acreditava-se que sua inauguração colocaria fim na carreira dos atravessadores, inimigos públicos número um. Mais que a evidente intenção de tentar solucionar os problemas do abastecimento urbano, o mercado serviu também para ajudar a controlar os movimentos de uma população crescente e heterogênea, surgindo como um espaço de normatização. Além de ser um fato arquitetônico, Bertrand Lemoine (1980, pp. 5 e 7) afirma que um mercado constitui um fato social, econômico e urbanístico, fecundado pelo incessante vai-e-vem da cidade.<sup>9</sup>

## **E**spaço Urbano, Lugar do Mercado

Para Max Weber (1973, pp. 68-89), uma das características da cidade é ter um mercado, enquanto, para Fernand Braudel (1995, vol. I, p. 351), não há cidades sem mercado. Mas a construção de um local fechado, subdividido, com horário determinado para compra e venda, indica não apenas a existência de uma cidade, mas, também, a tentativa de controlar a circulação, tanto de coisas, quanto de pessoas nos centros urbanos, alterando o cotidiano de seus habitantes.

A criação do primeiro mercado de Campinas pelo poder municipal provocou uma nova divisão do espaço naquele canto da cidade. Motivou também uma série de transformações na área limítrofe, a propósito de sua presença. O Largo do Chafariz do Nascente situava-se deslocado do centro urbano, fronteiro aos bairros do Cambuizal e de Santa Cruz onde ficava uma das mais movimentadas entradas da cidade, freqüentada por tropas que estacionavam em um rancho ali existente desde o início do século XIX. Como em muitas cidades brasileiras, o primeiro mercado de Campinas situava-se nos limites da área urbana e rural, facilitando a circulação dos produtos trazidos de fora e dos consumidores, marcando e ordenando o primeiro contato entre a cidade e o campo (MAX, 1980, p.82).

Tendo como referência o espaço ocupado pelo mercado, a área do seu entorno passou a ser fragmentada, melhor delimitada e organizada e muito mais freqüentada. Havia chegado o momento da câmara proceder ao alinhamento dos terrenos em frente ao mercado e adjacências, mais precisamente, entre as ruas Formosa e da Matriz Velha, sendo necessárias algumas desapropriações. O crescimento do movimento do mercado demandou o alargamento do portão que dava acesso ao interior de seu pátio, "visto ali passarem grande número de animais carregados". Para dar "trânsito ao mercado" aos moradores da parte mais central e habitada da cidade, construiu-se uma ponte na Rua das Casinhas sobre o Córrego do Tanquinho, que ficou conhecido também como Córrego do Mercado por passar em frente ao mesmo. A Rua da Cadeia também ganhou sua ponte de acesso ao mercado em 1862.<sup>10</sup>

Moradores vizinhos reclamaram a canalização da água do velho chafariz do Largo do Nascente, que acabou separado do mercado pela Rua das Casinhas. Alguns anos depois, conhecido já como chafariz do mercado, necessitava de um "radical e profundo conserto", na avaliação do fiscal.<sup>11</sup>

Pouco antes de concluir seu quadriênio 1856/1860, a edilidade que construiu o mercado atendeu também para uma "necessidade reconhecida por todos": a abertura de uma rua que ligasse diretamente o bairro de Santa Cruz à praça do mercado o que implicaria em desapropriações. Mas como os cofres municipais estivessem em estado nada lisonjeiro, a idéia acabou herdada pela câmara sucessora.<sup>12</sup>

A Rua do Brejo, depois chamada Sete de Setembro, recebeu alinhamento e, para isso, foi necessário desapropriar algumas partes de quintais vizinhos.<sup>13</sup> Ao longo dessa mesma rua, entre a Rua das Casinhas e a Rua da Cadeia, bem em frente a Praça do Mercado, foram plantadas duas alas de "arvoredos" predominando as casuarinas e as figueiras brancas.<sup>14</sup>

O surgimento do mercado desencadeou, portanto, uma série de intervenções visando melhorar a circulação, embelezar e organizar aquela área para onde a cidade voltava suas atenções. Afinal, a população tinha, então, uma nova facilidade: fazer compras no mercado.

A construção do primeiro mercado público de Campinas, o Mercado Grande, respondeu ao momento de mudanças econômicas lideradas pelo café e marcou o início da reorganização do espaço da cidade e dos melhoramentos urbanos que aconteceriam dali por diante: mercado de hortaliças, ferrovias, iluminação a gás, bondes, telefone, calçamento das ruas, entre outros.

Não demorou muito e o Mercado Grande tornou-se um dos locais mais freqüentados da cidade, não apenas por seu vital caráter abastecedor de gêneros alimentícios, mas também por seu movimento. O ir e vir de pessoas, carroças e tropas atraía muita gente, nem sempre em busca apenas de feijão, farinha ou carne seca. Assim, os arredores do mercado transformaram-se em espaço de intensa agitação social.

Mercado Grande . 1863 . Gravura de H. Lewis



Os chafarizes do Largo do Mercado eram um dos pontos de encontro mais freqüentados da cidade, assumindo as funções mais variadas. Em uma noite de segunda-feira de agosto de 1885, por volta das 20 horas, ouviram-se vários apitos na Rua do Comércio. Muitos populares acompanhados por soldados de refle em punho corriam em direção ao Largo Carlos Gomes, junto ao Mercado Grande. Chegando ali, "prenderam um delinqüente: nada menos que um preto que estava muito liberamente tomando banho no chafariz do mesmo largo, porém completamente nú!"<sup>15</sup> Naquele mesmo estado o banhista abusado foi levado à cadeia, debaixo de "forte assuada". Antes que a água encanada chegasse às casas facilitando os misteres higiênicos e domésticos, os chafarizes, especialmente aqueles próximos ao mercado, eram tentador convite a um refrescante banho. Mas aquele salutar hábito tropical, levado a cabo em locais tão públicos, acabava esbarrando nas regras do decoro. Indignado com aquela prática um tanto comum, o Diário de Campinas criticava as "nereides do sexo masculino" que faziam do chafariz do Largo Carlos Gomes sua banheira, em horas impróprias e sem se importarem com os transeuntes. Para o jornal, convinha que fossem advertidos quanto à existência de "uma coisa chamada moralidade pública".<sup>16</sup>

Mas aquele quesito da ordem burguesa, que avançava com o caminhar do século e procurava ditar novas regras de civilidade e delimitar espaços e situações para o seu exercício, não atingia a heterogênea população da cidade com a mesma intensidade. A área em torno do Mercado Grande constituiu um espaço de forte apelo popular dentro da trama urbana. Os chafarizes, os botequins, as casas de pasto, os cortiços, a Santa Casa de Misericórdia, o Passeio Público e outras atrações nas vizinhanças proporcionavam às camadas mais pobres possibilidades de abastecimento, trabalho, lazer, moradia, atendimento médico e sociabilidade. Tais facilidades ao alcance de uma breve caminhada atraíam pessoas que nem sempre primavam pela defesa dos valores ou normas burguesas.<sup>17</sup>

Enquanto espaços que se desejavam controlados e higienizados, os mercados eram alvos de preocupações e intervenções por parte da câmara, da polícia e, até mesmo, de médicos, que estendiam para suas vizinhanças aquelas mesmas preocupações, com idêntica contrapartida: a recorrente quebra das normas. E nesse particular, as lavadeiras foram singulares.

O Largo Carlos Gomes, junto ao mercado, era um tradicional ponto de reunião das lavadeiras da cidade. Seus dois chafarizes forneciam a água necessária para exercerem seu ofício. Aquelas trabalhadoras pobres, entre as quais encontravam-se negras escravas e forras e também brancas, muitas delas imigrantes, eram alvos constantes das críticas moralistas e, quase sempre, preconceituosas veiculadas pela imprensa local.

"Costuma-se dizer que a mulher, se não tivesse língua, seria criatura perfeita. Imaginem o que não será língua de lavadeiras, as mais danadas das mulheres!" Com essa assertiva "lapidar", que demonstra bem o prestígio desfrutado pelas lavadeiras junto às pessoas que se consideravam educadas na cidade, o Diário de Campinas introduzia um novo pedido ao delegado de polícia, para que tomasse providências a fim "de evitar o modo quase paradisíaco com que elas se conservam no largo do mercado e, também, contra a sua eloquência pouco conveniente com que adubam as suas apóstrofes umas às outras".<sup>18</sup> Por necessidade do trabalho e, por vezes, devido à canícula dos meses mais quentes, os braços nus das lavadeiras, quem sabe mesmo alguma fresta em suas saias, deixavam certas pessoas bastante melindradas, o mesmo podendo ser dito de sua linguagem pouco comedida. O articulista classificava como "repugnante e imoral" o quadro apresentado por aquelas mulheres em "quase completa nudez", ofendendo aos "bons costumes".<sup>19</sup>

Cenas de "nudez" à parte, o principal motivo de reclamações contra as lavadeiras girava em torno de seu "dialeto", traduzido muitas vezes em farpas e epítetos que resultavam em socos, pontapés e, até mesmo, processo por crime de injúrias verbais.<sup>20</sup>

Escrevendo sobre as mulheres em Paris no século XIX, Michelle Perrot afirma que o lavar roupas era um momento de sociabilidade feminina, no qual as mulheres trocavam novidades, receitas, remédios e informações de todos os tipos. "Cadinhas do empirismo popular, os lavadouros são também uma sociedade aberta de assistência mútua: se uma mulher está num 'atoleiro', acolhem-na, fazem uma coleta para ela. A mulher abandonada pelo seu homem merece uma simpatia especial". Ao mesmo tempo, o lavadouro era um "lugar ambivalente, rico de incidentes entre as próprias mulheres, cuja violência muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, recusam às mulheres o direito à raiva, aos gritos, à briga" (PERROT, 1988, pp.202-204).

A tentativa de controlar o trabalho das lavadeiras e, indiretamente, todo um universo social, vinha desde os primeiros tempos do mercado, mas foi se concretizando ao longo dos anos. Em 1863, o vereador Ricardo Gumbleton Daunt requereu a confecção de posturas e regulamento para estabelecer "método e ordem no lavamento de roupa", devido aos inúmeros conflitos ocorridos entre as mesmas. A câmara foi de parecer que o negócio era privativa competência da polícia, mas que não havia necessidade de se organizar tal regulamento.<sup>21</sup>

As lavadeiras podiam fazer muito barulho e produzir seus escândalos, mas sua atividade era necessária, além de ser o ganha-pão de muitas mulheres e suas famílias na cidade. Diante dessa realidade, nem mesmo a câmara poderia se negar a melhorar as condições para o exercício daquele ofício. Em 1883, por indicação do vereador Manuel Francisco Mendes, toda água disponível no Largo Carlos Gomes foi canalizada para o chafariz maior que era destinado à lavagem de roupas.<sup>22</sup> As lavadeiras preocuparam também a primeira câmara municipal eleita na República. Visando controlar e racionalizar sua atividade, por proposta do vereador José Falque que já havia exercido o cargo de fiscal municipal, o intendente foi autorizado a mandar "levantar planta e orçamento de duas lavanderias públicas, uma no Largo Correa de Mello e outra no de Carlos Gomes". Não consta que tais lavanderias tenham sido edificadas e os chafarizes da cidade continuaram a servir como locais de encontro e trabalho das lavadeiras mesmo no século XX, até que o conforto da água encanada aos poucos lhes roubasse o convívio umas das outras.<sup>23</sup>

Mas não eram apenas as lavadeiras que freqüentavam o largo em frente ao Mercado Grande. Enquanto a abolição não chegava, o lugar foi um dos principais pontos de encontro de escravos dentro da cidade. Aos domingos, geralmente seu dia de descanso, costumavam reunir-se ali depois de vender o produto de suas roças para batucar e dançar das duas horas da tarde até ao anoitecer, fato bastante incômodo para alguns vizinhos do local, que solicitavam a intervenção da polícia para acabar com a zoeira.<sup>24</sup>

Mas se as lavadeiras e os escravos roubavam a cena no Largo Carlos Gomes com sua ruidosa animação, o local podia reservar ainda surpresas assaz desagradáveis aos que por ali se aventuravam: furtos e roubos de transeuntes não eram uma raridade.<sup>25</sup>

As proximidades do Largo do Mercado apresentavam grande variedade de espaços, freqüentadores e ocorrências, que, a exemplo do próprio mercado, encerravam em si as contradições de um local normatizado, ao mesmo tempo em que também eram palco de transgressões variadas.

Nos botequins próximos ao Mercado Grande, a "canjebrina" era consumida em doses generosas e ainda havia nas redondezas um depósito de bebidas, que servia sua "distinta freguesia" até altas horas da noite, e uma pequena fábrica de cerveja, que também vendia o procurado líquido. Algazarra e comentários sobre uma beldade que passava eram às vezes interrompidos por brigas, facadas e intervenções da polícia que tentava impor a ordem.<sup>26</sup>

Se as cenas violentas não eram raras naquelas bandas, seria um exagero afirmar que fosse a área mais violenta da cidade. Os homicídios eram bem mais numerosos na zona rural, e não eram poucos. Entretanto, para o mercado ocorria um grande número de pessoas de todos os tipos e, como sua vizinhança oferecia várias opções de compras, alimentação, diversão e moradia, era um tanto sintomático que os problemas ocorressem. Para a imprensa da cidade, a praça Carlos Gomes tornou-se ponto de encontro de "diversos vadios que, para se divertirem, estragam as palmeiras ali plantadas".<sup>27</sup>

A situação naquela área ficou um tanto periclitante nos anos em torno da abolição. Os vários botequins e vendas existentes no Largo Carlos Gomes, bem como o próprio Mercado Grande, eram alvos constantes das investidas policiais. Local de encontro e diversão popular, muitas vezes acabava palco de conflito. Nos botequins, como no mercado, reuniam-se nacionais, imigrantes, escravos e libertos, as mulheres também marcavam sua presença, rendendo-lhes a fama de locais onde a ordem e a moralidade eram tratadas "a pontapés".

Muitos dos frequentadores daqueles botequins eram moradores dos cortiços das redondezas, conhecidos pejorativamente como "biombos" quando associados à prostituição. No momento em que a escravidão exalava seus últimos suspiros, a região de Campinas, um dos maiores celeiros de mão-de-obra cativa da província, andava às voltas com um grande número de libertos que iam à cidade em busca de trabalho, moradia e melhores condições de vida. Os cortiços eram uma opção de moradia mais barata e era neles que muitos libertos encontravam abrigo para si mesmos e seus poucos pertences. Parte da população que se sentia ameaçada por aqueles indivíduos, tidos como vadios e desordeiros, execrava aquelas moradias populares através da imprensa. No Beco do Rodovalho, Beco do Inferno, rua do Góis, Sete de Setembro, da Boa Morte, entre outras próximas ao Mercado Grande, existiam vários "biombos". Considerados "antros de devassidão, onde todos os dias se praticam à luz meridiana as mais torpes e escandalosas imoralidades, sem a mínima atenção pelo decoro público", onde abundavam "mulheres dotadas de todos os vícios", os biombos ou cortiços estavam sempre em evidência quando o assunto era moral e ociosidade.<sup>28</sup> Presentes por toda a cidade, aquelas moradias concentravam-se na área vizinha ao Mercado Grande. Um dos mais conhecidos biombos do Largo Carlos Gomes era o de Manoel Martins.<sup>29</sup>

Os biombos em Campinas, à semelhança dos biombos de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades, eram espaços marcados não apenas por suas condições precárias de higiene e salubridade. Seus moradores, gente pobre de várias origens, que lutava a seu modo pela vida, acabavam diretamente associados à vagabundagem e ao crime nas páginas dos jornais. Era preciso transformar as "classes perigosas" em classes laboriosas.<sup>30</sup>

Praça Carlos Gomes . 1895



Num tempo em que a transição para o trabalho livre se acelerava, urgia realizar a grande mágica de atribuir ao trabalho uma aura positiva, já que, até então, era naturalmente associado à escravidão. Para tanto, importavam-se imigrantes, vistos como "laboriosos e morigerados", nos quais a desprestigiada mão-de-obra nacional deveria mirar e seguir o exemplo. Isso sem contar que, além de contribuir para manter alta a oferta de mão-de-obra e baratear seu custo para os capitalistas, os imigrantes europeus eram brancos. Essa característica biotípica alimentaria as esperanças de muitos eugenistas brasileiros das primeiras décadas do século XX, que sonhavam com um Brasil cada vez mais "branco".<sup>31</sup>

Através de denúncias, pedidos de providências e de maior contingente policial para combater e reprimir a "vagabundagem", o que equivalia dizer na maioria das vezes, "a gente liberta", os jornais de Campinas buscavam estigmatizar o modo de vida das pessoas pobres. Ao comentarem as "vadiagens", "bebedeiras", "brigas" e outras ocorrências atribuídas aos moradores dos cortiços e freqüentadores dos botequins da área do mercado, revelavam que havia resistências ao controle policial e social, que nem sempre surtiam os efeitos desejados.

Partia-se do pressuposto que as camadas pobres da população tinham inclinação natural para a ociosidade e o crime: "construções das classes dominantes para justificar sua dominação de classe" (CHALHOUB, 1986, p. 51).

Mas o fato da área em torno ao Mercado Grande ser estigmatizada por seus biombos, lavadeiras e "amigos da vadiagem", não impedia que ali se instalassem variadas casas de comércio. Ao contrário, a presença do mercado facilitava os negócios, especialmente de gêneros alimentícios. A atração exercida pelo mercado sobre a população urbana e rural fazia com que sempre houvesse muita gente circulando em suas vizinhanças, consumidores em potencial para armazéns de secos e molhados,

restaurantes, casas de pasto, além dos célebres botequins. Entre as casas comerciais, havia o Grande Armazém de Secos e Molhados de José de Paula Sousa, que vendia, entre outros produtos, sal, que-rosene, cal de Sorocaba, velas, sabão, além de aguardente,<sup>32</sup> e o Armazém de Gêneros do País de Manoel Mendes & Cia, que oferecia açúcar, toucinho mineiro e paulista e fumo àqueles que procurassem o estabelecimento na praça Carlos Gomes, nº 10. Mendes e sócios em poucos anos anunciavam escravos e, em espaço anexo, comercializavam madeira. Ser vizinho do mercado poderia colaborar para a prosperidade dos negócios e, talvez por isso, o Armazém de Gêneros do País começava e terminava suas propagandas lembrando aos consumidores: "Em frente ao Mercado".<sup>33</sup>

Com o passar dos anos, como que resultando de um impulso que ampliava seu raio de influência, as redondezas da Praça do Mercado foram pouco a pouco ganhando melhorias e atraindo cada vez mais gente e oferecendo serviços variados. Um restaurante especializado em comida baiana e "boas iguarias à portuguesa", além de casas de pasto que atendiam seus fregueses "a qualquer hora" prometendo "grande economia", podiam ser encontrados por ali.<sup>34</sup>

Para aliviar as dores físicas da população livre e escrava, instalaram-se nas vizinhanças do Mercado Grande várias Casas de Saúde particulares, comuns na cidade durante a segunda metade do século XIX, conhecidas também como enfermarias. Entre elas havia a Casa de Saúde do médico Philemon de Cuvillon, aberta em 1868 na rua do Góis, a Casa de Saúde do Senhor Bom Jesus do Dr. Silveira Lopes na rua General Osório, inaugurada em 1871, e a Casa de Saúde de São Vicente de Paulo, instalada em 1875 na rua do Góis e comandada pelo médico Fernando Marinho de Azevedo, "operador e parteiro". Nesses estabelecimentos, estavam incluídos no preço da diária remédios, pequenas cirurgias e aplicação de ventosas e bichas (sanguessugas). Cirurgias mais complexas eram pagas além da diária, bem como os sepultamentos dos não sobreviventes.<sup>35</sup>

Além das Casas de Saúde, havia outras possibilidades de cura. Em 1876, o médico João Dias Ferraz da Luz estabeleceu sua residência e consultório na rua General Osório, "na casa sita acima do mercado, onde pode ser procurado para os misteres de sua profissão (...) aceita chamados para dentro ou fora da cidade e a qualquer hora do dia e da noite". Segundo anúncio no jornal, o Dr. João da Luz atendia os pobres gratuitamente.<sup>36</sup>

Para os que desconfiavam dos métodos utilizados pelos médicos alopatas devidamente diplomados ou que com eles já haviam se desiludido, havia opções alternativas de tratamento. Na rua da Cadeia, próximo ao Mercado Grande, o homeopata João Batista Morato do Canto podia ser consultado a qualquer hora, onde vendia também medicamentos homeopáticos de "acreditados laboratórios", e soluções para males variados e persistentes poderiam ser encomendadas ainda com João Preto, morador atrás do mercado.<sup>37</sup>

As coisas da cultura, ilustração e diversão também se faziam presentes nas vizinhanças do mercado. Na rua do Góis, nº 18, localizava-se a Livraria Popular de Diogo do Amaral, que recebia do Rio de Janeiro "todas as obras modernas que chegam da Europa; vendem-se pelos preços da corte, e alguns mais baratos". Em suas prateleiras, havia obras variadas, do Dicionário de Medicina Popular de Chernoviz ao Dicionário da Língua Portuguesa de Caldas Aulete. A livraria aceitava encomendas de livros científicos e literários e assinaturas para jornais nacionais e estrangeiros.<sup>38</sup>

Entre as possibilidades de aprendizado estavam a Escola Fraternidade, inaugurada em setembro de 1879 no Largo Carlos Gomes, nº 4. Ao lado dessa escola, o padre Eliseu Augusto Adanjes lecionava português, francês, latim e outras disciplinas, "habilitando seus alunos a prestarem exame na instrução pública".<sup>39</sup>

O Largo Carlos Gomes foi eleito para abrigar o novo teatro que se pretendia construir na cidade. A planta do edifício chegou a ser realizada pelo engenheiro Ramos de Azevedo, que então trabalhava e residia em Campinas. Detalhes da planta foram divulgados pelo *Diário*, considerando que o novo teatro, que se chamaria Carlos Gomes, iria rivalizar com o que de melhor havia no país. Apesar do entusiasmo dos amantes das artes locais, o caro projeto do teatro Carlos Gomes não foi além da prancheta de Ramos de Azevedo. Seus esforços acabaram redirecionados para uma reforma no velho teatro São Carlos.<sup>40</sup>

Mas se o Largo Carlos Gomes não abrigou um elegante teatro, nem por isso deixou de ser aproveitado para a diversão pública. Na última década do século XIX e na primeira do XX, o local foi o preferido pelas companhias teatrais mambembes e circos. Os artistas encontravam ali espaço aberto suficiente para instalarem seus palcos e picadeiros. Em agosto de 1885, o Teatro Automático apresentou-se com a peça: *A Defunta Viva*, sempre às 20:30, quando não havia entraves meteorológicos. Nos anos seguintes, outros espetáculos se sucederam ali: o Circo de Touros em 1891, o Circo Eqüestre Alves em 1901, o Circo Americano em 1906 e o Circo Internacional em 1908.<sup>41</sup>

Balizando e reordenando uma área limítrofe entre o campo e a cidade, impulsionando mudanças profundas no traçado de toda uma região de Campinas, a área do Mercado Grande abrigava assim uma grande variedade de atividades econômicas, tipos sociais e ocorrências, e era um local no qual se buscava controlar os movimentos, não apenas dos envolvidos na compra e venda de alimentos, como também, de todos que por ali circulavam. Lugar da norma, o mercado e seu entorno eram também palco de lutas cotidianas pela sobrevivência, muitas vezes reveladas nos pequenos furtos, nos atravessamentos de alimentos e até nas discussões e brigas do dia-a-dia. Como nos lembra Edward Thompson, a praça do mercado "era uma arena da guerra de classes, tanto quanto a fábrica e a mina vieram a ser na Revolução Industrial" (THOMPSON, 1998, p.187).



**Antigo Mercado Grande, transformado em Desinfectório Central no ano de 1896**

Campinas, Coleção Geraldo Sesto Junior do Centro de Memória da UNICAMP

## Referências Bibliográficas

- BENEVOLO, L. Lo scenario fisico delle città. In: CARRATELLI, Giovanni Pugliese. *Principii e forme della città*. Milano, Libri Scheiwiller, 1993.
- BITTENCOURT, L. C. *Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. Lisboa, Dom Quixote, 1995.
- BRESCIANI, M. S. M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero, v.5, n. 8/9, 1985.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHEVALIER, L. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXème siècle*. Paris, Librairie Générale Française, 1978.
- CHOAY, F. A história e o método em urbanismo. In: BRESCIANI, S. (org.) *Imagens da cidade - séculos XIX e XX*. São Paulo, Marco Zero, 1993.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Global, 1980.
- LAPA, J. R. do A. *A cidade. Os cantos e os antros. Campinas 1850/1900*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- LEMOINE, B. *Les halles de Paris*. Paris, L'équerre, 1980.
- LOUREIRO, M. A. S. *A evolução da casa paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo*. São Paulo, Voz do Oeste / Secretaria do Estado da Cultura, 1981.
- MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista - 1700/1836*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- MARQUES, V. R. B. *A medicalização da raça. Médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.
- MARTINS, V. *História de compra & venda. Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859/1908*. São Paulo, Tese, FFLCH-USP, 2001.
- MARTINS, V. *Nem senhores, nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas - 1800/1850*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996.
- MAX, M. *Cidade brasileira*. São Paulo, Melhoramentos/EDUSP, 1980.
- PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel, 1997.
- SCHWARCS, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1830-1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- WEBER, M. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, G. O. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- ZOLA, E. *O Ventre de Paris*. São Paulo, Cia. Brasil Editora, 1956.

### Valter Martins

Historiador, Doutor em História Social pela USP; Bibliógrafo da Faculdade de Educação da UNICAMP e Professor de História do Brasil Império e República na Fundação de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB).  
batvalter@uol.com.br

- 1** Este texto é uma versão do tópico: "As vizinhanças do Largo do Mercado", integrante do capítulo I de minha tese de doutorado (Martins, 2001).
- 2** Entre 1797 e 1842, Campinas era a Vila de São Carlos. Somente ao ganhar status de cidade em 1842 é que ganhou o nome atual.
- 3** Arquivo da Câmara Municipal de Campinas (Arq.CMC), Livro de Correspondências, Posturas e Editais - 1856/1872, p. 26, 28/11/1857. Sobre a agricultura na Província de São Paulo e em Campinas veja, respectivamente: MARCILIO (2000) e MARTINS (1996).
- 4** Aurora Campineira, 17/04/1859, n.º 51.
- 5** Atas da Câmara Municipal de Campinas (ACMC), 16/04/1859. Esse largo corresponde aproximadamente ao espaço da Praça Carlos Gomes e arredores.
- 6** ACMC, 29/04/1859.
- 7** ACMC, 03/05 e 14/05/1859.
- 8** ACMC, 14/11/1859 e 29/11/1859; ACMC, 23/02/1861, 02/04/1861 e 09/10/1861. O Mercado grande também foi chamado de "Mercado Velho" e "Mercado dos Caipiras". Sobre o primeiro mercado de São Paulo veja: LOUREIRO (1981, p. 110).
- 9** A construção dos "halles", mercado central de Paris, impressionou Emilio Zola e o inspirou a escrever "O ventre de Paris". A trama tem seu ambiente nos halles de Paris, construídos pelo arquiteto Victor Baltard, durante a administração Hausmann. As personagens têm suas vidas diretamente ligadas ao cotidiano dos pavilhões dos mercados que, no virar das páginas, passam de cenário a personagem principal. O romance surgiu pela primeira vez sob a forma de folhetim em 1873. Cf: ZOLA (1956).
- 10** ACMC, 07/07/1860; 11, 15 e 17/04/1860; 15/05/1860 e 09/10/1862. Ruas Formosa, da Matriz Velha, das Casinhas e da Cadeia, respectivamente as atuais ruas Conceição, Barreto Leme, General Osório e Tomás Alves.
- 11** ACMC, 02/06/1860; 07/07/1860; 08 e 16/07/1863.
- 12** Arquivo Público do Estado de São Paulo, ODC, n.º de ordem 855, pasta 5, doc. 98, 11/10/1863 e ACMC, 13/04/1864.
- 13** ACMC, 12/01/1861 e 02/07/1862. Rua Sete de Setembro, atual rua Irmã Serafina/Anchieta.
- 14** ACMC, 14/10/1861; Arq.CMC, Livro de Hasta Pública de Contratos: 1859/1877, pp. 20v e 21, 14/06/1862.
- 15** Gazeta de Campinas, 11/08/1885, n.º 3464, p. 2. Rua do Comércio, atual Dr. Quirino.
- 16** Diário de Campinas, 20/11/1879, n.º 1226, p. 2. Os banhos em córregos que cortavam a cidade e nos chafarizes eram permitidos pelas posturas municipais, desde que os banhistas estivessem vestidos de maneira que não ofendesse a moral pública. Os infratores pagariam multa de 20\$000 réis e dois dias de prisão. Cf: Código de posturas municipais de Campinas de 1876, artigo 91; e Código de posturas municipais de Campinas de 1880, artigo 33, parágrafo 2º.
- 17** Entre os vários estudos que tematizam o estabelecimento da ordem burguesa, veja: DONZELOT (1980). O Passeio Público localizava-se na atual Praça Imprensa Fluminense.
- 18** Diário de Campinas, 04/04/1878, n.º 743, p. 2.
- 19** Diário de Campinas, 02/04/1878, n.º 741, p. 2.
- 20** Arquivo Histórico do Centro de Memória da UNICAMP (AHCMU), Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), 1º Ofício, caixa. 256, processo 5111, 1882. Nesse caso ocorrido em 1882, lavadeiras italianas entraram em conflito por causa de um pedaço de sabão no chafariz do Largo Carlos Gomes. Em função das injúrias em português e italiano proferidas na ocasião contra sua filha, o pai da ofendida processou as desbocadas por injúrias verbais.
- 21** ACMC, 07/04/1863; 08/04/1863 e 09/04/1863.
- 22** ACMC, 20/10/1883.
- 23** ACMC, 25/05/1895.
- 24** Diário de Campinas, 26/04/1876, n.º 175, p. 2; Diário de Campinas, 19/12/1876, n.º 365, p.2. Muitos escravos usavam as manhãs de domingo e dos dias santos para venderem os produtos de suas pequenas roças no mercado e pelas ruas da cidade. Essa atividade dos escravos sempre foi prevista tanto nos códigos de posturas como nos regulamentos do mercado. Cf: Código de posturas de 1864, artigo n.º 36; Regulamento do Mercado de 1864, artigo n.º 3, parágrafo 3º; Código de posturas de 1880, artigo n.º 76, parágrafo 5º. Mesmo assim, os escravos só poderiam realizar aquele comércio com a permissão de seus senhores.
- 25** Cf.: Diário de Campinas, 17/08/1877, n.º 558, p. 2; Gazeta de Campinas, 17/08/1877, n.º 1106, p.2.
- 26** Veja: Diário de Campinas, 13/04/1880, n.º 1341, p. 1. Diário de Campinas, 07/11/1885, n.º 2978, p.3; Gazeta de Campinas, 28/11/1886, n.º 3853, p.2. Diário de Campinas, 10/11/1885, n.º 2980, p.2; Correio de Campinas, 21/07/1885, n.º 162, p.1. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Autos Crime de Campinas (ACC), n.º de ordem, 4083, lata 55, processo 1208, 1880; Gazeta de Campinas, 02/03/1880, n.º 1859, p.2.
- 27** Diário de Campinas, 18/11/1884, n.º 2689, p. 2.
- 28** Correio de Campinas, 29/03/1887, n.º 666, p. 2; Diário de Campinas, 14/02/1886, n.º 3059, p.2; Correio de Campinas, 17/04/1887, n.º 682, p.1. Sobre biombos como local de reunião de libertos e "vagabundos" e, também, como "bordéis", confira: Gazeta de Campinas, 10/04/1887, n.º 3958, p.2; Correio de Campinas, 06/11/1885, n.º 253, p.1 e Diário de Campinas, 27/04/1882, n.º 1934, p.2. Beco do Rodovalho, Beco do Inferno, Rua do Góis, Rua Sete de Setembro e da Boa Morte, atuais Rua Coronel Rodovalho, Travessa São Vicente de Paulo, César Bierrembach, Irmã Serafina e Padre Vieira.
- 29** Veja: Diário de Campinas, 25/01/1887, n.º 3343, p. 2; Diário de Campinas, 22/06/1888, n.º 3759, p.2; Diário de Campinas, 11/12/1888, n.º 3901, pp.1 e 2; Correio de Campinas, 06/11/1885, n.º 253, p.1; AHCMU, TJC, 1º Of., cx. 364, proc. 6737, 1900. Os biombos e cortiços não eram as únicas opções de moradia nas proximidades do Mercado Grande, com o passar dos anos, começaram a existir casas amplas e confortáveis. Cf.: Gazeta de Campinas, 25/04/1883, n.º 2775, p. 3.
- 30** Sobre a idéia de classes perigosas, veja: CHEVALIER (1978).
- 31** Sobre a questão da eugenia como controle social, que buscava "administrar e homogeneizar a diversidade racial", ver MARQUES (1994) e SCHWARCS (1993).
- 32** Gazeta de Campinas, 24/07/1883, n.º 2850, p. 4; Diário de Campinas, 09/10/1884, n.º 2656, p.3.
- 33** Diário de Campinas, 16/09/1879, n.º 1171, p. 3; Gazeta de Campinas, 19/04/1884, n.º 3070, p.3. O avanço da fronteira agrícola no município de Campinas foi tamanho, que, em 1871, suas matas já não atendiam à demanda local por madeira. Com a chegada da ferrovia, a câmara municipal esperava que se pudesse importar tabuado e madeiras de construção a preços mais vantajosos. Cf: APESP, Ofícios Diversos de Campinas (ODC), n.º de ordem 62, pasta 7, doc.4, 14/01/1871. Sobre a destruição das matas em Campinas, veja também: ACMC, 10/01/1871. Sobre o tráfico interprovincial de escravos em Campinas, é interessante informar que os interessados podiam fazer suas encomendas com toda a comodidade, recebendo sua "mercadoria" humana em domicílio. Cf: Gazeta de Campinas, 16/11/1879, n.º 1775, p. 3.
- 34** Cf: Diário de Campinas, 05/05/1893, n.º 5193, p. 3; Diário de Campinas, 04/04/1878, n.º 743, p.3; Gazeta de Campinas, 10/04/1873, n.º 347, p.3.
- 35** Cf: Gazeta de Campinas, 08/01/1871, n.º 121, p. 2; Gazeta de Campinas, 15/12/1872, n.º 315, p.3; Diário de Campinas, 02/06/1878, n.º 787, p.3; Diário de Campinas, 02/06/1878, n.º 787, p.3; Gazeta de Campinas, 25/02/1872, n.º 235, p.3.
- 36** Gazeta de Campinas, 08/07/1876, n.º 786, p. 3.
- 37** Diário de Campinas, 30/08/1878, n.º 859, p. 3; APESP, ACC, n.º de ordem 4858, lata 30, proc. 719, 1867.
- 38** Gazeta de Campinas, 16/11/1879, n.º 775, p. 3; Diário de Campinas, 26/11/1881.
- 39** Diário de Campinas, 10/12/1875, n.º 69, p. 3.
- 40** Maiores detalhes sobre o malogrado Teatro Carlos Gomes, veja: ACMC, 20/02/1884; ACMC, 20/03/1884; Gazeta de Campinas, 21/02/1884, n.º 3024, p. 1; ACMC, 31/03/1884; Diário de Campinas, 05/07/1884, n.º 2577, p.2.
- 41** Correio de Campinas, 05/08/1885, n.º 175, p. 3; Arq.CMC, cx. B4/7, pasta 1891, 20/07/1891; APHC, cx. 1901/01, pasta junho, 28/06/1901; AHCMU, TJC, CJ, cx. 18, proc. 268, 1906; APHC, cx. 1908/03, pasta setembro, 18/09/1908. No mesmo terreno em que se instalou o Circo Internacional, surgiria, anos depois, o Colídiu, que abrigou variados tipos de espetáculos até transformar-se em cinema.